

Ser docente negro na contemporaneidade: branquitude, epistemicídio e resistência anticolonial

RICARDO DA SILVA*

TIAGO MARQUES**

Resumo: O presente artigo problematiza a construção de identidades docentes e sua relação com a branquitude a partir das narrativas de dois professores de história, ambos negros. As análises mapeiam suas trajetórias de vida e os modos como, a partir destas, constituíram suas identidades negras. São mobilizados no artigo os conceitos de identidade, diferença, branquitude e epistemicídio, articulados a partir dos Estudos Críticos da Branquitude e dos Estudos Culturais. Do ponto de vista metodológico, empreende-se uma análise cultural centrada em narrativas produzidas por meio de entrevistas realizadas com os professores participantes. Na análise, são destacadas as percepções destes professores sobre o caráter eurocêntrico de um sistema educacional epistemicida que garante à branquitude a manutenção de seus privilégios. As discussões fomentadas neste estudo abrem brechas para pensar sobre a articulação entre a constituição das identidades negras, a contestação da branquitude e o devir de uma educação anticolonial.

Palavras chave: identidades de docentes negros; branquitude; epistemicídio.

To be a black teacher in contemporary times: whiteness, epistemicide and anticolonial resistance

Abstract: The present article discusses the constructions of teachers identities and their relationship with whiteness based on the narratives of two history teachers both black. The analyses map their life trajectories and the ways in which, from these, constituted their black identities. In the article, the concepts of identity, difference, whiteness and epistemicide are mobilized, articulated from the Critical Studies of Whiteness and Cultural Studies. From the methodological point of view, a cultural analysis is undertaken centered on narratives produced through interviews, carried out with the participating teachers. The discussions fostered in this study open gaps for thinking about the articulation between the constitution of black identities, the contestation of whiteness and the development of an anti-colonial education. From the methodological point of view, a cultural analysis is undertaken centered on narratives produced through interviews, carried out with the participating teachers. The analysis highlights the perceptions of these teachers about the Eurocentric character of an epistemic educational system, which guarantees whiteness the maintenance of its privileges. The discussions fostered in this study open gaps for thinking about the articulation between the constitution of black identities, the contestation of whiteness and the development of an anticolonial education.

Key words: back identities teachers; whiteness; epistemicid.



* RICARDO DA SILVA é doutorando em Educação pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.



** TIAGO MARQUES é doutorando em Educação pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Canoas.

Discussões introdutórias

A questão das identidades recebe novos contornos na contemporaneidade. À medida que esse tema passa a ser problematizado com maior ênfase novos tensionamentos emergem ampliando as possibilidades analíticas e discussões fomentadas pela sociedade. Nesse sentido, ganha vulto temas como as identidades étnico-raciais, de gênero e de sexualidade.

Cabe ressaltar que as identidades devem ser compreendidas como elementos não estanque em constante construção, constituídas na e pela cultura, uma celebração móvel (HALL, 2005), produzida ao longo de toda a trajetória de vida dos sujeitos. Assim, identidades que ao longo da modernidade foram hierarquicamente posicionadas, marginalizadas e permaneceram nas beiradas, às margens inclusive da produção de conhecimento, passam a receber maior destaque. Contudo, ao passo que ganham maior vulto vozes antes silenciadas, ganham força também as narrativas produzidas em torno das tentativas de manter fixas as identidades.

Dessa forma, assim como certas posições de identidade contestam regimes de opressão e padrões hegemônicos que definem como se deve ser e agir, elas também estão sujeitas a discursos e representações que buscam promover sua essencialização. Esse ponto é salientado por Silva (2014, p. 84) ao destacar que “O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade; de outro os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”.

As identidades estão diretamente ligadas às práticas culturais e aos pertencimentos que uma pessoa constrói a partir dos

grupos dos quais faz parte. Identidade é aquilo que se é, mas seu sentido se constrói a partir de práticas representacionais nas quais se define também o que não é. Trata-se, assim, de um elemento ativamente produzido na relação com a diferença, indicando pertencimentos que muitas vezes respaldam-se em oposições binárias – nós e eles, dentro e fora, quem possui privilégio e quem não os possui.

O campo da Educação apresenta-se como uma das arenas para os embates em torno dos significados das identidades e diferenças. Desde o processo de colonização, a educação formal consolidou-se aos moldes do explorador colonial, reproduzindo modelos e projetos societários e constituindo processos de inclusão e exclusão. O caráter hegemônico na produção de conhecimento privilegiou o ponto de vista do colonizador e respaldo como produção de conhecimento válida aquela produzida pelo homem branco e europeu.

Na esteira dos apontamentos destacados, é pertinente algumas interrogações: Quais grupos identitários representam a expressão do saber e quais não representam na contemporaneidade? Quais os tensionamentos se delineiam entre o padrão hegemônico da branquitude e a constituição das identidades de docentes negros? Como estes docentes se posicionam em relação aos epistemicídios e ao padrão eurocêntrico, branco e patriarcal na educação? Quais elementos, na constituição das identidades destes professores, impactam seu fazer docente?

Longe de esgotar tais questionamentos, este artigo tem como objetivo central mapear e analisar as narrativas de um professor e uma professora, ambos autodeclarados negros, a fim de

compreender como estes construíram suas identidades como sujeitos negros. Pretende-se, ademais, analisar as percepções dos entrevistados quanto ao caráter eurocêntrico da educação e quanto aos epistemicídios nos espaços formais de educação.

É necessário destacar que as identidades docentes são produzidas no contexto de um sistema educacional que opera seguindo uma lógica de funcionamento regido por um estado liberal e seus interesses, e desse modo, moldam-se condutas e identidades docentes. Nesse sentido, Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 9), ao analisarem a constituição de uma maquinaria escolar, indicam que “as características institucionais da escola obrigatória, os interesses do Estado, os métodos e técnicas de transmissão do saber e o próprio saber escolar contribuem para modelar um novo tipo de indivíduo”. No recorte promovido no presente estudo, o que se propõe é compreender as imbricações entre as identidades de docentes negros e a potencialidade de, a partir da produção dessas identidades, pensar o devir de uma educação anticolonial, irrompendo com o eurocentrismo e a branquitude.

A análise cultural como estratégia para o mapeamento de narrativas e a escolha dos sujeitos de pesquisa

Este artigo é produto - e um breve recorte - de uma pesquisa mais ampla que envolve professores universitários de cursos de licenciatura em História que atuam em universidades situadas no estado do Rio Grande do Sul. O texto possui como horizonte de análise o entendimento sobre os significados que perpassam as narrativas docentes e sua relação com a construção de identidade e diferença, a branquitude e o epistemicídio.

A partir da história de vida e trajetória acadêmica desses sujeitos, é possível observar elementos de contestação – mas também de reafirmação – de perspectivas da branquitude, principalmente no que diz respeito à educação. Com isso, fez-se necessário a escolha de uma estratégia metodológica que permitisse analisar fragmentos de narrativas que tornam possível compreender como são produzidas as identidades na contemporaneidade. Nesse sentido, optou-se pela realização de uma análise cultural a partir do conjunto de narrativas geradas, transcritas e examinadas no presente estudo.

A análise cultural toma a cultura como elemento central, com vistas a entender como os significados são produzidos, por meio de quais estratégias eles são negociados, deslocados, tensionados e como estão relacionados com a produção de identidades. A análise cultural empreendida nesta pesquisa busca visibilizar as relações entre as identidades e diferenças de uma professora e um professor, ambos negros, e como estes lidam com a branquitude e os epistemicídios.

Sobre a estratégia metodológica percorrida e a potência para discutir sobre as identidades, Souza e Guizzo (2019, p. 255) indicam que, em uma análise cultural, é possível compreender “como as identidades são constituídas, conforme são narradas e representadas a partir das relações sociais”. Wortmann (2002) vai ao encontro dessa compreensão ao afirmar que uma análise cultural se presta como uma estratégia de grande valia ao permitir a compreensão dos deslizamentos de significados que produzem novos significados constituindo as identidades de sujeitos e grupos sociais. Para a autora, uma análise cultural é uma estratégia

investigativa ampla, por meio da qual são examinadas práticas culturais no interior das relações de poder. Assim, propõe-se uma análise cultural feita por meio da leitura atenta de narrativas produzidas pelos dois participantes, atentando-se para os modos como estes lidam com a branquitude, seus privilégios, os impactos nos seus fazeres docentes e suas percepções em relação aos epistemicídios promovidos no campo da educação.

Entende-se que, no contexto social ao qual estão inseridos os sujeitos da pesquisa, os significados produzidos pelas narrativas são carregados de colonialidade¹. Porém, são produzidas também outras narrativas que visam a contestação da branquitude e do eurocentrismo e podem estar ancoradas nas experiências afrodiáspóricas dos sujeitos. Para Bonin (2007, p. 51),

É na e pela linguagem que nos constituímos sujeitos, na confluência de diferentes discursos, e sempre de maneira relacional. Somos produzidos/produzimos a nós mesmos em narrativas, em histórias que contamos, que escutamos, que lemos, que articulamos ou contrapomos constantemente a outras.

Cabe destacar que, ao operar com o conceito de narrativa, buscamos compreender como são produzidos e negociados os significados nas elaborações feitas pelos sujeitos em meio a regimes de verdades e relações de poder. Narrar, da perspectiva de Larrosa (1996), diz respeito ao modo como o

sujeito organiza e representa suas experiências no mundo. Ao narrar certos acontecimentos, um sujeito não apenas conta histórias, mas as organiza discursivamente e dá sentido a quem é e ao lugar que ocupa. Bonin (2007, p. 50), por sua vez, afirma que '[...] as narrativas produzem o que somos, produzem o mundo que vivemos'. As narrativas configuram-se como uma forma de discurso que produz sentidos e subjetividades. Dessa forma, é possível considerar a análise das narrativas como estratégia para entrecruzar a produção das identidades de professores negros, a branquitude e os epistemicídios.

Sobre o material empírico da pesquisa, importa destacar que é produto de um conjunto de entrevistas realizadas no ano de 2021 com professores universitários do Rio Grande do Sul e integram uma pesquisa de mestrado aprovada por comitê de ética². Em virtude da pandemia de covid-19, as entrevistas ocorreram virtualmente, empregando-se como recurso a plataforma Google Meet. Cada professor foi entrevistado individualmente, em mais de uma chamada virtual, com duração que variou entre 30 e 60 minutos. Os dados foram versados para o português escrito e, a partir das transcrições, foram realizadas as análises.

Identidade, diferença, racismos: o padrão da branquitude e os epistemicídios

A fim de subsidiar as análises e com o intuito de alcançar os objetivos propostos neste artigo, é necessário

¹ A colonialidade, ainda que não seja aqui um conceito operador para as análises, perpassa-as, pois representa a continuidade das lógicas do colonialismo, porém formando novos arranjos no exercício do poder, seja material ou simbólico. Ou seja, subjugando e marginalizando grupos que não pertencem a um padrão hegemônico, seja moral, intelectual, estético, etc, e que é estabelecido a

partir de um sistema de classificação social que tem a raça como eixo articulador (QUIJANO, 2009).

² Para consulta do projeto aprovado pelo Comitê de Ética, na Plataforma Brasil, verificar através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE - número 44379721.9.0000.5349.

aprofundar alguns conceitos e entendimentos. Assim, essa seção busca aprofundar as discussões sobre identidade cultural, diferença, branquitude e epistemicídio. A identidade é uma construção social, isto é, ela pertence ao mundo cultural e político e está entrelaçada às relações de poder. Nesse sentido, faz-se necessário salientar que as identidades são produzidas a partir de atos linguísticos, constituídas e constituintes de narrativas que circulam na cultura e que produzem sentidos sobre o mundo e sobre os sujeitos.

Essas afirmações apontam para o caráter não essencial das identidades e nos levam a enxergá-las dentro de um sistema que é forjado historicamente e que divide grupos sociais a partir de hierarquizações constituídas dentro de um modelo ideal de sujeito (SILVA, 2014). Considera-se aqui que a produção de identidades está permeada por relações de poder baseadas num sistema de inclusões e exclusões, processos que visam garantir o acesso a bens simbólicos e materiais da sociedade para uns e a marginalização social para outros. Com Woodward (2014), reconhecemos que a identidade está intimamente ligada à diferença, ou seja, não é possível pensar em um “eu” sem que se estabeleça o “outro” que é diferente. Porém, como destaca Silva (2014), essa divisão não é simétrica: os binarismos são fabricados para estabelecer uma hierarquização, onde o “outro” é determinado em um local simbólico e material de desvantagens. Assim, a definição e delimitação do que seriam as identidades e diferenças se dá no interior de relações de poder.

³ A raça aqui é tomada em seu caráter social, isto é, não partimos da lógica biologizante da raça, mas compreendida como uma construção e que permanece no imaginário social, resultando em

Para os propósitos do presente estudo, entende-se que as identidades são forjadas em uma estrutura de poder racializada, que constrói e divide os sujeitos e grupos a partir da noção de raça. Nesse mesmo sentido, a branquitude constitui-se como um sistema de poder historicamente formado, que se perpetua na contemporaneidade e que garante privilégios materiais e simbólicos a um determinado grupo racial (SCHUCMAN, 2012).

O caráter estrutural e ideológico da branquitude é importante para que análises que usam esse referencial - como o caso deste artigo - não escorram em fixações identitárias. Ou seja, falar sobre branquitude não é apontar para indivíduos brancos, mas entender que a construção racial dos sujeitos os coloca em determinados lugares sociais, e que esses lugares são diferentes para cada grupo racial³.

Essa estrutura, que afeta a construção identitária dos sujeitos, tem como um de seus elementos principais a relação com a produção de conhecimento. As imbricações entre conhecimento e o processo de hierarquização das identidades podem ser ressaltadas pelo caráter eurocêntrico em que foram alicerçados os espaços de educação formal no país, em um modelo educacional onde é reforçado um padrão de universalidade branco, patriarcal e capitalista. Os currículos de História, por exemplo, são marcadamente eurocentrados (COELHO; COELHO, 2018).

Nesse sentido, os processos coloniais e a colonialidade – elemento que opera como herança do colonialismo –

uma realidade – material e simbólica – de privilégios para uns e desvantagens para outros (ALMEIDA, 2020).

reforçam o padrão hegemônico da branquitude, gerando uma série de repercussões e propagando formas de entendimento sobre o mundo sustentadas em um modelo eurocêntrico que produz efeitos, inclusive na educação formal, no fazer pedagógico e na constituição das identidades. Shohat e Stam (2006) problematizam o entendimento linear de história, na qual se posiciona a Europa como “motor” das mudanças processadas nos demais continentes e ainda a noção de que “O ‘ocidente’ progride naturalmente na direção das instituições democráticas (figuras como Torquemada, Mussolini e Hitler devem ser vistas como aberrações dentro dessa lógica de amnésia histórica e legitimação seletiva). (SHOHAT; STAM, 2006, p. 22). Conforme os autores, esta história linear e progressiva silencia as tradições democráticas não europeias, ao mesmo tempo em que se exime da crítica aos colonialismos e aos imperialismos, resultantes dos abusos de poder do ocidente.

A história, contada de forma euroreferenciada, fixa o padrão da branquitude como a norma e as identidades brancas como referenciais, operando a subordinação das demais pertencas identitárias. Souza (2021) destaca que a experiência do negro é impactada por uma sociedade regulada por normas de comportamento social, que seguem padrões brancos.

Nessa perspectiva, em uma sociedade moldada aos padrões da branquitude, uma das estratégias de manutenção da hierarquização racial é o racismo epistêmico. Essa forma de manifestação do racismo opera na exclusão de grupos marginalizados das representações do que é conhecimento válido. Nesse sentido, grupos racializados não são reconhecidos como produtores intelectuais e, portanto, portadores do

conhecimento. A consequência disso é a inferiorização desses grupos - moral, intelectual, etc.

Nesse mesmo diapasão, Kilomba (2019, p. 51) problematiza a forma como as identidades negras foram silenciadas: “[...] não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimentos inválidos”. Rufino (2019) amplia esse entendimento, definindo o racismo epistêmico como uma política de vigilância e opressão dos saberes produzidos por não brancos, construído visando a consolidação dos estados coloniais a partir dos saberes da branquitude.

O racismo epistêmico apresenta-se como mais um processo de violência colonial e da colonialidade, que não atua sobre os corpos, mas sim sobre a produção de conhecimento de negros e negras, promovendo sistemáticos epistemicídios, ou seja, a morte dos conhecimentos não brancos. Sob a perspectiva de Carneiro (2023, p. 89), o epistemicídio é “[...] uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta”. Os epistemicídios destituem o “outro” da ideia de cultura, racionalidade e civilidade, produzida ao longo da modernidade. Nesse sentido, foram produzidos apagamentos históricos, além do branqueamento de intelectuais negros e do afastamento da população negra da educação formal como projeto de colonialidade.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da

indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2023, p. 88-9).

Os elementos destacados colaboram para o entendimento das relações entre branquitude e epistemicídio e seus impactos na construção das identidades de docentes negros e servem de base para entender como estes sujeitos lidam com o padrão hegemônico da branquitude e seus tensionamentos. É possível ressaltar também que “a leitura da narrativa de docentes negros/as deve contemplar a história da população negra brasileira em tempos diversos de classificação e segregação sociorracial, desvelando suas persistências e avanços” (CARVALHO; SILVA, 2014, p. 32)

Analisando as narrativas de dois docentes negros

A partir dos elementos teórico-metodológicos apresentados, esta seção dedica-se às análises de alguns aspectos que se destacaram em narrativas dos docentes de entrevistados⁴. Foram estruturados dois eixos analíticos que perpassam e se relacionam com a construção identitária desses professores e também impactam e são impactados pela branquitude como uma estrutura de poder racializada. O primeiro eixo envolve as trajetórias de vida dos sujeitos docentes e, sendo ambos professora e professor autoidentificados

negros, é interessante observar que a sua própria autoidentificação foi construída de modos distintos em função do impacto das trajetórias percorridas, ainda que esse não seja o único fator. O professor Daniel, por exemplo, teve uma construção identitária inicialmente ligada à periferia, ou seja, a uma condição de classe, e somente depois da adolescência começou a se perceber como sujeito negro.

O interessante na história de vida desse sujeito é que há em sua família diferentes identificações raciais, devido às diferentes tonalidades de pele, mesmo entre seus irmãos e irmãs. Como ele ressalta,

Primeiro, em se tratando de uma família de camadas populares e uma família muito miscigenada, resultado de miscigenações [...] Se encontra algumas pessoas com aspectos fenotípicos bem caracteristicamente brancos, e outros com caracteres fenotípicos não tão brancos assim, negros, enfim, visivelmente estabelecidos. Isso nunca foi colocado, portanto, como um elemento de identidade familiar, a questão racial, o vínculo com raça negra, ou com raça branca, essa questão não foi colocada (DANIEL, entrevista concedida em junho de 2021).

No caso de Daniel, é possível ver em funcionamento aquilo que Woodward (2014) explica serem as diferentes posições que existem na sociedade e que podem ser ocupadas ou não pelos sujeitos. Tais posições são marcadas por critérios étnicos, raciais, geracionais, de classe, localidade geográfica, gênero, sexualidade, entre outros. Segundo a autora, “podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido

⁴ Os nomes aqui apresentados são fictícios, para

garantir o anonimato dos entrevistados.

por uma identidade interfere com as exigências de outra” (WOODWARD, 2014, p. 32). Esses conflitos de identidade também são gerados em torno e em função das relações familiares. Como ressalta o entrevistado, “Dentro da minha família, há inclusive conflitos raciais, pessoas mais claras que discriminam pessoas mais escuras” (DANIEL, entrevista concedida em junho de 2021). Esse aspecto é também destacado no relato da professora Carmem, ao explicar que “Na família da minha mãe, lembro muito de comentários da natureza de que não podia se casar com homem mais escuro, mesmo eles sendo pessoas negras, de ouvir comentários entre eles, dessa coisa de melhorar a raça, enfim” (CARMEM, entrevista concedida em maio de 2021).

Nas narrativas de ambos os entrevistados, observam-se marcadores sociais de raça e, ao mesmo tempo, efeitos das tentativas de embranquecimento da população brasileira, promovidas pelo Estado, através de políticas públicas de branqueamento, como, por exemplo, as imigrações italianas e alemãs. De acordo com Munanga (1999), com o fim da escravidão, em 1888, criou-se um problema para as elites brancas que buscavam construir um Estado-nação branco, aos moldes dos europeus: a partir de então, os negros passaram a ser cidadãos.

Segundo o autor, era consenso que “[...] a população negra no Brasil representava, do ponto de vista da elite ‘pensante’, uma ameaça ao futuro da raça e da civilização brancas no país e que o processo de branqueamento ofereceria o melhor caminho para aplacar essa ameaça sem conflitos” (MUNANGA, 1999, p. 110). Ou seja, a ideologia do branqueamento tornou-se um aspecto central na formação do

Brasil. O projeto político e ideológico de miscigenação, a fim de embranquecer, afetou profundamente o país e fortaleceu a permanência do racismo na sociedade, colocando as pessoas negras em um lugar de inferiorização, que perpassa toda a sua vida e impacta suas construções identitárias.

A professora Carmem, por exemplo, explica que entendeu sua posição no mundo, mediada pelo marcador racial, desde a sua infância, ao passar por uma situação de discriminação racial na escola:

[...] na minha primeira infância, minha primeira experiência escolar, que eu tenho meu primeiro embate racial, que é justamente quando eu entendo que pra além de ter uma identidade racial, essa identidade me colocava alguns lugares. Eu tive um episódio de racismo na escola, no pré, e que meus pais felizmente souberam contornar muito bem (CARMEM, entrevista concedida em maio de 2021).

Um ponto importante é que, nas narrativas dos dois entrevistados, a constituição da pertença racial ocorreu por um processo de violência sofrida em função do racismo. O ponto central é que a partir do entendimento da branquitude como uma estrutura racializada de poder, podemos perceber que sujeitos brancos, em condições de privilégio, não passam por um processo de violência na construção de suas identidades raciais, não são vítimas do racismo operante porque são posicionados como referência de humanidade e são, no âmbito das relações raciais, desracializados.

Nesse sentido, entendemos com Silva (2014, p. 91) que “é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o

poder de definir e determinar a identidade”. Isso significa que, em uma sociedade estruturada pela branquitude e pelo racismo, existe um modelo de sujeito que é tomado como modelar, como a norma - branco, masculino, heterossexual, cristão, etc., e o que difere deste referente é visto como desvio. No interior de uma estrutura racista, se estabelece o ser branco como condição universal, esteticamente desejável, lugar a partir do qual emerge o pensamento racional e a produção intelectual.

O segundo eixo analítico, construído a partir das narrativas dos docentes, diz respeito aos tensionamentos produzidos no contexto de um racismo epistêmico. A trajetória acadêmica e profissional destes profissionais é repleta de relatos onde é possível evidenciar as marcas do processo de racialização e hierarquização dos saberes, sendo a branquitude o pano de fundo para tal hierarquização. Cabe salientar que o epistemicídio opera como uma tática, uma “[...] estratégia de proteção do grupo hegemônico, pertencente à raça branca, em detrimento daqueles que são deixados para morrer, a raça negra” (PESSANHA, 2019, p. 169). Nessa estratégia, há o afastamento dos não brancos das instâncias que representam o saber. No caso dos docentes negros, essa estratégia de racialização atravessa todo seu processo formativo e, conseqüentemente, seu fazer docente. Nesse sentido, Daniel ressalta as barreiras causadas pelo epistemicídio:

Então, quando eu cheguei à universidade, eu sabia que havia barreiras, que eu estava diante de barreiras, mas eu não conseguia identificar que barreiras eram essas, e quando eu saí da universidade, como eu te disse, no momento em que eu sou confrontado a produzir um material didático, um material voltado para educação, eu sabia que

a questão da cor e da raça eram importantes, mas eu não tinha como avaliar até onde essa importância ia. (DANIEL, entrevista concedida em junho de 2021).

O excerto destacado salienta os atravessamentos entre as identidades de docentes negras e os epistemicídios. Para Rufino (2019), o padrão seguido pelas instituições de ensino representa violência simbólica e concreta sofrida por grupos historicamente marginalizados. As manifestações do racismo epistêmico operam também no sentido de deslegitimar os não brancos quando estes ocupam espaços de representação do conhecimento. Nas universidades e escolas, as identidades, quando não são deslegitimadas, têm seus saberes tutelados pela autoridade branca.

Daniel relata um diálogo que teve com seu orientador de mestrado e recria do seguinte modo esta parte do diálogo: "Olha, na minha opinião, no Brasil todo mundo acha que pode ser doutor, mestre. Não, tem que ter bons operários, tem que ter bons mecânicos", aí eu disse pra ele: "Olha, Luís, pelo teu raciocínio eu não estaria aqui [...]" (DANIEL, entrevista concedida em junho de 2021). Por meio desta narrativa, é possível entender que, mesmo quando as identidades negras ocupam posições relacionadas às representações e significações do saber e conhecimento, parecem ser posicionadas como "fora do lugar". Nesse sentido, Kilomba (2019) afirma que os espaços formais de educação, como a universidade, são espaços do privilégio branco, regidos pela tutela de intelectuais e discursos teóricos brancos, e silenciamento das identidades negras. Carneiro (2023, p. 113) expande essa discussão e salienta que

Mesmo quando o negro alcança o domínio dos paradigmas da razão ocidental, ele está sujeito ao epistemicídio pela afirmação da

incapacidade cognitiva inata dos negros, pela ausência de alternativa a esse campo epistemológico hegemônico, pela aculturação promovida pelos paradigmas da razão hegemônica e pela destituição de outras formas de conhecimento.

Os tensionamentos apresentados nas falas dos entrevistados convergem para o entendimento de que a branquitude e os epistemicídios operam a manutenção de privilégios e naturalizam uma suposta identidade comum branca. Entretanto, a presença das identidades negras, sempre múltiplas e plurais, indica um processo de resistência política e epistêmica. Para Daniel,

Estar numa universidade como a Universidade B é estar numa posição de privilégio, é uma posição de branquitude. Mas no momento em que um pesquisador, um intelectual negro está nesse espaço de privilégio, eu sinto, é uma opinião minha, que fazer política também é você saber que escolhas você vai fazer, e pra onde você vai olhar, e pra quem você vai olhar. (Daniel, entrevista concedida em junho de 2021).

Os processos de resistência epistemológica do passado e do presente contribuíram e contribuem para as conquistas e avanços da população negra. Estas identidades marginalizadas passaram a tensionar o padrão hegemônico da branquitude. Essa forma de resistência, enquanto luta antirracista, tornou possível a construção de políticas e ações afirmativas. A resistência epistemológica, constituída a partir da produção identitária dos docentes entrevistados, questionam e tensionam o caráter eurocêntrico e as marcas da branquitude na educação, e, conforme foi possível evidenciar, está atrelada à construção das memórias destes.

No entender de Nascimento (2019), as memórias relacionam-se às identidades negras, na medida em que reconstruem o passado e conectam o futuro de negros e negras. A narrativa de Carmen salienta as relações familiares e o lugar da memória na produção de sua identidade enquanto mulher negra:

Então, aí entra total a história familiar. Eu cresci ouvindo muitas histórias, o meu avô era o que hoje nós chamaríamos de griô, né? [...]. Porque ele sempre tinha uma coisa nova pra contar e eu sempre aprendia alguma coisa, e ele contava histórias que não eram aquelas histórias que eu aprendia na escola, e eu gostava muito. Então aquilo foi me instigando pra a história por si, de ouvir histórias, a história me encantava, eu gostava de ouvir essas histórias de gente. Daí quando eu entro na escola e começo a me deparar com as histórias eu via que tinha alguma coisa ali que não batia, tinha alguns incômodos assim, que não era bem aquilo ali [...] (CARMEM, entrevista concedida em maio de 2021).

Pode-se argumentar que, através das experiências familiares ligadas à identidade racial, a docente questiona o conhecimento considerado válido e legitimado pelo currículo oficial presente na educação formal. Ou seja, sua identidade racial, resultado da história de vida, impacta e tensiona a estrutura – a branquitude e seus epistemicídios. Antonacci (2014) explica que as culturas negras em diáspora renovam suas heranças culturais e sociabilidades a partir da tradição viva, atualizam crenças e valores com base no ritmo, no corpo e nas linguagens.

As falas dos entrevistados apontam para uma série de impactos na formação de suas identidades. Esses elementos permeiam a vida de Carmem e Daniel,

perpassam sua infância, formação e fazer docente. As identidades desses professores carregam histórias passadas e presentes envoltas pelo racismo epistêmico e a branquitude. Contudo, é possível evidenciar que, a partir de sua inserção em espaços da intelectualidade, são acionadas outras representações sobre quem pode produzir e detém o conhecimento e essas identidades, mesmo contestadas, operam na produção afirmativa das identidades negras.

Considerações finais

Analisar as narrativas de docentes negros possibilitou visibilizar algumas interseções entre a produção destas identidades com a branquitude e os epistemicídios. Evidencia-se, neste estudo, que professores negros e negras forjam suas identidades em um sistema educacional ainda marcado pela colonialidade, o eurocentrismo que mantém os privilégios da branquitude. Essas percepções são destacadas nas experiências de Daniel e Carmem nos espaços formais de educação aos quais estes transitaram.

As narrativas dos entrevistados apontam para os impactos do eurocentrismo no processo formativo desses docentes. Tais impactos indicam a violência epistêmica que sofrem esses docentes e como as estratégias de manutenção da branquitude e de seus privilégios causam repercussões no fazer pedagógico desses docentes. Outro elemento pertinente a ser observado é que são distintas as formas como cada um dos entrevistados é impactado pelo padrão eurocêntrico, branco e patriarcal na educação. Nesse sentido, cabe salientar que as identidades são múltiplas e interseccionais, sofrendo outros atravessamentos além da pertença étnico-racial, como gênero e classe.

A partir da análise cultural, foi possível perceber os sentidos produzidos nas

narrativas docentes, na construção das identidades desses sujeitos e a sua relação com a produção de conhecimento, dentro de uma estrutura de poder racializada. Assim, longe de esgotar tais análises, concluímos que a branquitude, sendo essa estrutura, posiciona os sujeitos a partir de suas identidades e dos epistemicídios, mas ao mesmo tempo é tensionada por esses sujeitos, a partir dos novos significados que são criados dentro das suas experiências e da sua própria produção de conhecimento, constituindo-se, enfim, como resistências anticoloniais.

Referências

- ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2014.
- BONIN, I. T. **E por falar em povos indígenas...** quais narrativas contam em práticas pedagógicas? Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARVALHO, M. P.; SILVA, V. A. **Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente**. P O I É S I S – Revista do programa de pós-graduação em educação – mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, v.8, n.13, p. 30 - 56, Jan/Jun 2014.
- COELHO, M. C.; COELHO, W. de N. B. As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03 - percursos de formação para o trato com a diferença?. **Educação em Revista**. v. 34. 2018.
- HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LARROSA, J. Narrativa, identidad y desidentificación. In: Larrosa, Jorge. **La experiencia de la lectura**. Estudios sobre literatura y formación. México: FCE, 2003.

- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, A. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- PESSANHA, E. A. de M. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata**: R. Intern. Fil. V. 10. n. 2, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Organização: 15ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SOUZA, D. de S. D.; GUIZZO, B. S. Estudos culturais: emergência, conceitos e aproximações em debate. **Comunicações Piracicaba** v. 26 n. 3 p. 243-257 set.-dez. 2019.
- VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A Maquinaria Escolar. **Teoria e educação**, 6, 1992. (p. 69 – 97)
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Organização: 15ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WORTMANN, M. L. C. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à Educação. IN: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. RJ: DP&A, 2002, p. 73-92.

Recebido em 2023-06-30
Publicado em 2023-12-01